

Religião e projetos educacionais para a nação: a disputa entre metodistas e católicos na Primeira República brasileira

Ana Lúcia Cordeiro*

RESUMO

Este artigo tem por objetivo investigar, no contexto da Primeira República, as tensões entre dois projetos educacionais implementados por confissões religiosas que, por meio da formação das elites, disputavam a hegemonia ideológico-cultural da sociedade brasileira, a saber, o protestante, na sua versão metodista, e o católico.

Palavras-chave: Metodistas; Católicos; Educação.

O OBJETIVO DESTE ESTUDO é perceber, no contexto da Primeira República, as relações entre religião, poder e política no Brasil, a partir da análise das tensões entre dois projetos educacionais implementados por confissões religiosas que, partindo de concepções de mundo distintas, disputavam a hegemonia ideológico-cultural da sociedade brasileira via formação das elites, a saber, o protestante, na sua versão metodista, e o católico.

Se na atualidade a situação de concorrência entre grupos religiosos se faz sentir através dos meios de comunicação de massa, das técnicas de publicidade, da oferta de serviços mágico-religiosos, da inserção na política, entre outras estratégias, na Primeira República a educação foi um poderoso instrumento utilizado por metodistas e católicos, não apenas na divulgação de suas convicções religiosas, mas também na disputa pela forma-

* Graduada em História, mestre e doutoranda em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora. e-mail: analuciacordeiro@uol.com.br.

ção das elites dirigentes do país. Não obstante a diversidade das doutrinas e da forma de expressão dessas duas crenças, diversidade refletida na prática pedagógica dos colégios, havia simultaneamente convergências entre os dois projetos educacionais (AZZI, 2004). Tanto metodistas quanto católicos buscavam, por meio da educação das elites, difundir na sociedade brasileira modelos culturais a partir dos quais as novas gerações de dirigentes deveriam ser formadas.

No Brasil, desde a Colônia até o final do segundo período imperial, a Europa foi tomada como modelo de cultura. Sendo o sistema de ensino um veículo de “reprodução cultural” (BOURDIEU; PASSERON, 1975), o sistema educacional brasileiro encarregou-se de reproduzir a cultura européia. Não obstante a distinção entre a educação laica oficial e a educação católica no decorrer século XIX, em ambos os casos o modelo era o europeu. No final do Império e início da República, o europeu não é mais o único modelo, nem sua cultura a única forma de civilização inspiradora das inovações brasileiras. O civilizado, conforme aponta Casemiro dos Reis Filho (1995), estudioso da educação no Brasil, é o europeu de modo geral e o norte-americano, de modo particular. No que se refere ao ensino, as fontes externas de inspiração educacional diversificam-se.

Nesse novo contexto, o ensino católico, que até então dividia o espaço educacional com o ensino laico do governo, passa a concorrer com o ensino protestante implantado no Brasil por missionárias e missionários vindos dos Estados Unidos, particularmente pelos metodistas. Como ambas as confissões religiosas tinham por meta difundir na sociedade brasileira suas concepções de mundo e os seus valores culturais, ou seja, modelos para a sociedade, os projetos metodista e católico para a educação entraram em choque. Ao longo do primeiro período republicano, metodistas e católicos buscavam, por um lado, afirmar os seus valores culturais e, por outro, depreciar os valores culturais do oponente. Como ressalta Pierre Bourdieu (1992) ao analisar a “função de integração cultural” do sistema de ensino, todo ato de transmissão cultural implica necessariamente a afirmação do valor da cultura transmitida. Assim sendo, a desvalorização da cultura concorrente constitui, via de regra, o meio mais seguro de valorizar a cultura transmitida e de reassegurar o seu valor a quem a transmite.

A EDUCAÇÃO NA COLÔNIA E NO IMPÉRIO: A EUROPA COMO MODELO

Conforme aponta o sociólogo Simon Schwartzman (1986), o Brasil nunca foi uma área de predomínio indisputado e tranquilo da Igreja Católica Romana, apesar da sua íntima ligação com o Estado português na Colônia e no começo do Império. De fato, no referido período, a Igreja Católica detinha o monopólio dos principais atos cívicos e ritos de passagem comuns à vida dos brasileiros, como o batismo, o casamento e o sepultamento, e estar fora dela significava não desfrutar da cidadania que tais atos e rituais simbolizavam. Também é verdade que a Igreja Católica proporcionava o único código moral e ético disponível no país e a maioria da população se declarava católica.

Contudo, essa interpenetração entre a Igreja Católica e o Estado possibilitava, na prática, que questões religiosas fossem tratadas como meramente políticas ou leigas e que a religião fosse utilizada para fins políticos do Estado. Estreitamente sujeita ao poder civil, a Igreja Católica no Brasil transformara-se, por assim dizer, num simples braço do poder secular, num departamento da administração leiga, num *instrumentum regni* (HOLLANDA, 1995).

Não obstante o relacionamento entre a Igreja Católica e o Estado português impusesse limites à influência da Igreja na sociedade brasileira, importa observar que a Companhia de Jesus, por seu turno, manteve o controle sobre a educação na Colônia de forma quase monopólica até a sua expulsão em 1759. Tendo chegado ao Brasil em 1549 os jesuítas tinham como objetivo cumprir uma das diretrizes básicas estabelecidas pela política de D. João III: a que se refere à conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e instrução. Como a educação na Colônia estava estreitamente vinculada à política dos colonizadores, os jesuítas deveriam também fundar colégios com subsídios do Estado português relativos a missões, ficando juridicamente obrigados a formar sacerdotes para a catequese gratuitamente.

Entretanto, o *Ratio Studiorum*, plano de estudos da Companhia de Jesus publicado em 1599, concentrava sua programação nos elementos da cultura européia: curso de humanidades, filosofia, teologia e viagem de estudos à Europa. As orientações contidas no *Ratio* denotam o interesse dos religiosos em direcionar seus recursos para os pontos considerados “estratégicos”, a saber,

os filhos dos colonos, supostamente com maiores possibilidades de se ajustar à vida sacerdotal, em detrimento do indígena. Dessa forma, o objetivo inicial, ou seja, catequizar e instruir o indígena se arrefece. Na prática, os “instruídos” serão os descendentes dos colonos. Os indígenas serão apenas os “catequizados” (RIBEIRO, 2003).

Os colégios jesuíticos acabaram transformando-se no instrumento de formação intelectual das elites coloniais brasileiras segundo modelos europeus. A orientação universalista jesuítica baseada na literatura antiga e na língua latina, a necessidade de complementação dos estudos na metrópole, o favorecimento do trabalho intelectual em detrimento do manual são fatores que contribuíam para reforçar a idéia de que o modelo de mundo civilizado estava “lá fora”, afastando os alunos das questões relativas à realidade imediata e distinguindo-os da maioria da população que era escrava e iletrada. Transmissão literária e alheamento das condições materiais de existência dos indivíduos caracterizavam os sistemas educacionais dos países europeus de tradição católica. Por meio do colonizador português, essas características acabaram marcando profundamente o sistema educacional brasileiro. Essa educação de “elite” firmou-se, sobreviveu à expulsão dos jesuítas, atravessou a monarquia e, apesar do surgimento de alguns opositores, acabou penetrando no século XX (NOVAES, 2001).

Em meados do século XIX os jesuítas reiniciaram suas atividades educacionais no Brasil. Além dos jesuítas, dois institutos religiosos europeus ocupavam uma posição de destaque na educação brasileira durante o período imperial: os lazaristas e os salesianos. A vinda desses institutos religiosos para o Brasil está relacionada ao esforço de arregimentação das forças católicas ao redor da Santa Sé. A necessidade de fortalecer o prestígio da Santa Sé decorria da situação crítica pela qual passava a instituição eclesiástica diante do avanço das idéias liberais. A visão liberal de mundo ameaçava não apenas o sistema doutrinário da Igreja Católica, mas também sua influência espiritual. Não se pode perder de vista as dificuldades da Igreja com o Estado italiano, quando a unificação da Itália foi considerada pela hierarquia católica como violação dos direitos da Santa Sé, como violência e injustiça praticada pelo Estado liberal contra a autonomia da Igreja.

No Brasil, sobretudo a partir de 1844, quando dom Antônio

¹ Movimento empreendido pelos bispos e que deu origem à “romanização”, processo a que foi submetido o catolicismo no Brasil, visando sintonizar o catolicismo popular praticado no país com as diretrizes romanas.

² No século XIX o termo “ultramontano” serviu para designar uma série de conceitos e atitudes do lado conservador da Igreja Católica Romana e sua reação aos avanços de uma sociedade cada vez mais secularizada.

Ferreira Viçoso assume a diocese de Mariana e inicia o movimento dos bispos reformadores,¹ leigos e clérigos ultramontanos² uniram-se nesse movimento de adesão à Sede de Roma e às suas diretrizes. A educação católica, por seu turno, passou a reforçar essas orientações de resistência às aspirações liberais. Como a ênfase estava na unidade de mando, na subordinação à autoridade, na obediência às ordens recebidas, “dentro dessa estrutura autoritária, dificilmente haveria espaço para os conceitos de liberdade e participação na esfera educativa” (AZZI, 1995, p. 24).

Historiadores da educação no Brasil reconhecem a debilidade do sistema educativo no período imperial. Além de estar desvinculada dos problemas relativos à realidade imediata nacional, uma vez que a Europa era tomada como modelo, a educação no Império, assim como na Colônia, sempre foi privilégio das elites. Ademais, o sistema educativo até as últimas décadas da monarquia esteve submetido à dicotomia entre a educação católica e a educação laica oficial, sendo “a primeira fortemente mesclada por uma concepção naturalista/neotomista do mundo e uma pedagogia dogmática, e a segunda, determinada por um Estado que, apesar de desejar ser liberal, demonstrava extrema fragilidade em toda sua estrutura e infra-estrutura” (JARDILINO, 2004, p. 87).

No final do Império, portanto, as posições no debate acerca do ensino no Brasil eram bastante extremadas: para os liberais, o ensino religioso católico era considerado ultramontano e retrógrado; para os defensores da ortodoxia católica, o ensino laico oficial era tido como ateu.

A EDUCAÇÃO COMO IDEAL DAS ELITES NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Após o Brasil ter consolidado sua unidade política, em meados do século XIX, questões relacionadas à definição de uma identidade nacional começaram a ser efetivamente discutidas, sobretudo no momento em que se coloca a problemática da escravidão e seu correlativo, a imigração. No final do Império e início da República as elites brasileiras enfrentaram e debateram intensamente os problemas referentes ao crescimento econômico do país, à transição para o trabalho livre, à modernização da sociedade e progresso da nação. Nesse período, um vasto proje-

to civilizador foi gestado e nele a educação foi ressaltada como sendo um “elemento propulsor”, um importante instrumento no projeto de civilização da nação brasileira.

Com efeito, a educação foi o grande ideal das elites brasileiras nas últimas décadas do século XIX e, sobretudo, nas primeiras décadas do século XX. Alimentados pelas idéias de modernização e progresso e estando profundamente insatisfeitos com o atraso do país e com a má formação intelectual e moral das pessoas, intelectuais, políticos e grandes proprietários rurais viam a educação como um meio de transformação social, a chave para a solução de todos os problemas nacionais. A crença do poder redentor da educação pressupunha a confiança na instrução como um elemento formador, ou, como quer José Luis Novaes (2001), “conformador” dos indivíduos. Segundo esse autor, no referido período

a educação foi atrelada à cidadania e, dessa forma, foi instituída a sua imprescindibilidade para a formação do cidadão. Articulada com a valorização da ciência e com os rudimentos de uma cultura letrada ela se apresentava como interpretação conciliadora capaz de explicar os motivos do atraso da sociedade brasileira e apontar a solução para o mesmo. (p. 174)

Certamente, todas essas representações sobre a educação estão inseridas na concepção liberal que tomou conta do pensamento e da política educacional no período. No projeto liberal dos republicanos, especialmente dos paulistas e mineiros, a educação tornou-se uma “estratégia de luta”, um “campo de ação política”, um “instrumento de interpretação da sociedade brasileira” e “o enunciado de um projeto social”. Para esses pregoeiros do progresso via educação, os colégios deveriam

[...] ministrar uma educação letrada, que permitisse um maior enquadramento das famílias abastadas, ou com pretensão à ascensão social, dentro dos valores do estado burguês em formação, em que se destacavam os conceitos de ordem, respeito à lei, e formas de comportamento adequadas aos padrões do “mundo civilizado”. (AZZI, 1998, p. 98)

Não obstante as elites brasileiras tivessem em comum o desejo de transformar o Brasil por meio da educação, havia divergências quanto ao modelo educacional a ser adotado. Vale lembrar que a laicização do Estado brasileiro mediante sua separação da Igreja Católica, a partir de 1890, e a conseqüente laiciza-

ção do ensino favoreceram o desenvolvimento das atividades educacionais protestantes no Brasil, particularmente no que se refere à difusão dos estabelecimentos educativos ligados às denominações do protestantismo missionário norte-americano. Como assinalaram Antônio Gouvêa Mendonça e Prócoro Velasques Filho (1990), o Brasil, como toda a América Latina, voltava-se com admiração para os modelos anglo-saxões de modernização e progresso. Essa abertura para o mundo anglo-saxão e o espaço criado pelo afastamento entre o Estado monárquico liberal e a Igreja Católica foram fatores muito favoráveis à expansão protestante no país, especialmente no que diz respeito ao protestantismo trazido por missionárias e missionários de origem norte-americana, que, diferentemente dos ingleses e dos alemães, tinham como meta difundir na nova sociedade a sua religião e a sua cultura.

Com a expansão do protestantismo missionário oriundo dos Estados Unidos, o modelo de educação norte-americano começa a ganhar força no Brasil. Ansiando por uma educação mais pragmática, voltada para a ciência e a técnica, que substituísse tanto o ensino oficial quanto o ensino católico, o segmento liberal das elites brasileiras acolheu desde cedo o modelo de ensino protestante norte-americano. Para a elite liberal, sobretudo do Oeste de São Paulo e da Zona da Mata em Minas Gerais, os educadores norte-americanos além de representarem os Estados Unidos – padrão cultural, político e econômico para a modernização do Brasil – chegavam como arautos do liberalismo, do pragmatismo e do progresso.

Quando se constata que a elite liberal brasileira apoiou o modelo educacional protestante norte-americano, não se pode perder de vista as correlações existentes entre a ideologia liberal e o protestantismo. Na avaliação do sociólogo Jether Pereira Ramalho (1976), os principais fundamentos da ideologia liberal são o individualismo, a liberdade, a democracia, o êxito e o progresso. Comparando tais categorias com as principais ênfases do movimento pietista, que influenciou significativamente o protestantismo norte-americano no século XIX, o autor percebe que os fundamentos da ideologia liberal encontram reforço nas ênfases pietistas. Individualismo, liberdade, democracia, êxito e progresso são postulados básicos também do pietismo e, em conseqüência, do protestantismo norte-americano.

Havia, portanto, uma afinidade eletiva entre um segmento social brasileiro, no caso, a elite liberal, e o modelo de educação

norte-americano, o que justifica o êxito dos colégios protestantes no Brasil. Segundo Peri Mesquida (1994):

Essa elite regional, maçônica, positivista, liberal e anticlerical, tendo como referência a sociedade americana, estava convencida de que o modelo de educação em vigor não correspondia às suas expectativas. Assim, estimulou, fomentou e apoiou o transplante do protestantismo, particularmente do metodismo de origem missionária norte-americana, na educação brasileira. (p. 21)

A DISPUTA ENTRE OS PROJETOS EDUCACIONAIS METODISTA E CATÓLICO

O metodismo ingressou no Brasil em decorrência da expansão colonial do mundo anglo-saxão, iniciada no século XIX, que elevou o movimento missionário à escala global. Esse período foi marcado por uma grande expectativa messiânico-milenarista da nação norte-americana. Muitos líderes e pensadores eclesiais acreditavam que a vinda do Reino de Deus se daria depois que a civilização cristã fosse implantada e que a cristianização da sociedade seria, portanto, uma preparação para a vinda do Reino de Deus. A idéia da construção de uma civilização cristã através de um povo especialmente escolhido, que havia alimentado os ideais dos peregrinos do *Mayflower*, tornou-se uma convicção generalizada entre os norte-americanos naquele período.

Baseados nas ideologias da “civilização cristã” anglo-saxônica e do “destino manifesto” nacional, os metodistas pioneiros julgavam ser o povo escolhido por Deus para estabelecer o cristianismo protestante no mundo todo. Esses missionários estavam também convictos de que a nação norte-americana era a expressão mais elevada do mundo anglo-saxão. O rápido desenvolvimento econômico experimentado pelos Estados Unidos, especialmente após a Guerra Civil que pôs fim à escravidão, o progresso da ciência e da tecnologia, as reformas democráticas e a liberdade civil e religiosa foram interpretados pelos metodistas como um produto do aperfeiçoamento da civilização cristã e como um sinal do advento do Reino de Deus. A nação norte-americana era, portanto, o povo escolhido.

Assim como os demais representantes do protestantismo missionário norte-americano, os metodistas chegaram ao Brasil totalmente identificados com a política liberal dos Estados Unidos. Imbuídos de ideais civilizadores, os primeiros missionários con-

cebiam a sua missão não apenas no sentido de propagar a sua religião, mas também de difundir na sociedade brasileira a sua cultura e, em consequência, os valores de liberdade, democracia, civilização e progresso. Embora o trabalho de evangelização tenha acompanhado desde cedo a obra desses protestantes, a educação seria o instrumento pelo qual o metodismo iria se inserir na sociedade brasileira. Para os metodistas a cultura protestante norte-americana, fluindo por meio da educação, acabaria por transformar o Brasil de forma a inseri-lo na civilização cristã.

Após a primeira investida entre 1836 e 1841, a Igreja Metodista Episcopal do Sul dos Estados Unidos (IMES), responsável pela implantação da maior parte dos colégios metodistas no país, fixou-se no Sudeste brasileiro³ a partir de 1876. Conquanto a ação missionária da IMES tenha envolvido vários recursos complementares, como a distribuição de Bíblias e demais literaturas religiosas, a pregação, a implementação de uma imprensa metodista, a divulgação de periódicos produzidos pela Igreja e a criação de escolas de ensino dominical e regular, a prioridade à educação formal foi o elemento decisivo para a fixação do metodismo na região (CORDEIRO, 2003).

Apoiados pela elite liberal, os metodistas expandiram suas atividades educacionais pelas principais cidades do Sudeste. Os índices de alunos matriculados nas escolas metodistas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, entre 1884 e 1929, podem ser um importante indicador da aceitação da prática pedagógica protestante pela elite liberal da região. Em 1884 havia apenas 1 colégio com 48 alunos matriculados; em 1896, 5 colégios com 404 alunos; em 1910, 7 colégios com 1.179 alunos; em 1929, a IMES já contava com 8 colégios e um total de 1.784 alunos matriculados (MESQUIDA, 1994). Porém, se a elite liberal da região Sudeste apoiou as atividades educativas das missionárias e missionários norte-americanos, o mesmo não ocorreu com os setores católicos mais conservadores. Os projetos educacionais metodista e católico logo entrariam em choque.

Consciente de que sua ação deveria produzir mudanças no nível cultural, a missão metodista ingressou no Brasil buscando mostrar a superioridade das suas idéias, da sua ética e do seu sistema de valores em relação ao sistema vigente e, ao mesmo tempo, procurando se opor ao catolicismo, tido como o principal elemento formador da cultura brasileira. Por sua convivência com o índio e com a senzala, pelo cruzamento das tradições tra-

³ Vale dizer que o metodismo inseriu-se também nas regiões Norte, Nordeste e Sul do Brasil, através de Igreja Metodista Episcopal da área Norte dos Estados Unidos.

zidas do Reino com as tradições da terra, o catolicismo mestiço vivenciado pelo povo brasileiro era considerado pelos metodistas como atraso religioso, como uma “corrupção da verdade evangélica”. Por outro lado, o metodismo e a cultura norte-americana eram apresentados como modelos a serem seguidos por aqueles que almejavam o desenvolvimento e progresso do país. Os metodistas, portanto, tinham por meta alcançar uma transformação global nos valores da sociedade brasileira, uma reforma religiosa que pudesse substituir um mundo impregnado pelo catolicismo tomista por uma nova sociedade. A educação foi a estratégia utilizada para alcançar tal objetivo.

Esse desejo de “transformar toda uma sociedade” é sinalizado num artigo veiculado pelo **Expositor Cristão**, jornal oficial da Igreja Metodista, conforme se segue:

Nossas obras não se limitam a nossa Igreja, podem *transformar toda uma sociedade*. O Brasil [...] está pronto para figurar entre as mais belas nações do mundo, basta para isso se livrar de alguns vícios e noções errôneas que ainda regem muitos dos seus [...]. *Nosso trabalho é educar o povo*. Um povo de elevados princípios morais e éticos, confiante no poder de Nosso Senhor Jesus Cristo e que saiba prezar suas liberdades e responsabilidades políticas e pessoais, é disso que a nação precisa. (v. 23, n. 28, 9 de julho de 1908; grifos meus)

Transformar o Brasil pela educação também significava, na visão dos metodistas, livrar a sociedade “de alguns vícios e noções errôneas”, ou seja, das influências do catolicismo, inclusive no setor educacional. Não obstante os católicos também tivessem um projeto para a educação, com freqüência as missionárias e os missionários da IMES culpavam os católico-romanos pelo analfabetismo⁴ e pela “ignorância” do povo brasileiro. Uma dessas acusações foi registrada também no **Expositor Cristão** nos termos seguintes: “Indaguemos agora por que razão os povos subordinados ao romanismo ainda em sua maioria de 60% a 80% são analfabetos como infelizmente é o nosso? Sem dúvida que é devido aos padres como inimigos que sempre foram do progresso” (v. 23, n. 34, 20 de agosto de 1908).

Evidentemente, a acusação da responsabilidade dos católicos pelo analfabetismo do povo faz parte da crítica metodista ao projeto católico para a sociedade. Até porque, se o sistema de ensino desenvolvido pelos jesuítas, lazaristas e demais institutos religiosos era, por assim dizer, elitista, descuidando da educação

⁴ A questão do analfabetismo é de extrema relevância para o metodismo, bem como para o protestantismo de maneira geral, uma vez tratar-se de uma religião fundamentada na leitura da **Bíblia**.

popular, o sistema de ensino metodista também o era. O choque entre os dois projetos educacionais decorre, a meu ver, de uma contenda mais ampla entre dois grupos religiosos: a disputa pela hegemonia ideológico-cultural da sociedade brasileira.

Uma das primeiras tentativas da IMES de “livrar o Brasil das influências do romanismo” no setor educacional está relacionada ao projeto de instalação de um colégio na cidade do Rio de Janeiro, onde a Igreja Católica exercia significativa influência sobre os fazendeiros conservadores, especialmente os do Vale do Paraíba e arredores. Vários esforços foram feitos para a compra de um colégio naquela cidade. Conforme relata Mesquida, para o missionário James L. Kennedy a instalação de um colégio metodista no Rio de Janeiro poderia trazer vários benefícios para a obra missionária, entre eles, ajudar a “anular a influência da Igreja Romana” (MESQUIDA, 1994).

Assim como os metodistas criticavam o catolicismo, reiteradas vezes setores católicos ligados à dinâmica de romanização no Brasil manifestaram-se contra a expansão das atividades educacionais desenvolvidas pelas missionárias e pelos missionários metodistas norte-americanos, seja por meio da imprensa ultramontana, seja abrindo colégios que fizessem frente aos colégios metodistas, seja por meio de cartas pastorais, como no exemplo que se segue:

Já outras vezes temos despertado a atenção dos fiéis para o perigo em que precipitam seus filhos confiando-os a escolas acatholicas, mestres hereges, ímpios, escandalosos, ou infames por factos conhecidos; e sabemos que nossos cooperadores não se tem descuidado, nem se descuidarão, de resguardar suas ovelhas neste arriscado perigo. [...] Há muito trabalhão os methodistas, e outras seitas da América do Norte, por attrahir e arrastar os Brasileiros; mas suas industrias e esforços estacarão deante da resistência de nosso povo fiel. Por isso brademos aos Paes, com todas as forças d'alma, que por nenhuma razão, por nenhuma conveniência, por nenhuma solicitação de amigos confiem seus filhos ou pupilos a collegios protestantes, nem a mestres ímpios, ou de maos costumes. Causa triste é a ignorância; muito mais triste porem é o erro em pontos de religião. O ignorante, mas crente e virtuoso, se salva; o instruído em sciencias humanas, mas sem a fé verdadeira, perder-se-á eternamente. (Carta Pastoral de dom Silvério Gomes Pimenta: **O perigo dos collegios acatholicos**. Mariana, 1921)

Cumpramos observar que prática educativa no Brasil, tanto nas escolas públicas quanto nos colégios católicos, era marcada por um ensino autoritário, em que o aluno não era estimulado a de-

envolver seu senso crítico. O “aprendizado” se dava a partir da memorização. A ênfase era dada ao estudo das línguas (francês e latim), da literatura e da história. Embora os estudos de física e química fossem adotados, não existiam laboratórios (MESQUIDA, 1994), não sendo possível a experimentação e, conseqüentemente, o desenvolvimento da criatividade. A má formação profissional dos professores das escolas públicas era generalizada. Nas escolas católicas a educação física não era estimulada e o sistema misto era rejeitado.

Diferentemente do modelo educacional brasileiro, influenciado pelos padrões europeus, os colégios metodistas adotavam o sistema de ensino norte-americano, mais aberto e flexível, reflexo do liberalismo dos Estados Unidos. Os educadores e as educadoras metodistas adotavam uma prática educativa inovadora, se comparada às escolas públicas e católicas. Essa inovação era evidenciada inclusive nos planos de curso e nas matérias ensinadas. Peri Mesquida (1994) oferece uma longa lista das matérias que constavam no currículo dos colégios metodistas: línguas antigas e modernas, gramática, caligrafia, aritmética, matemática, álgebra, geometria, astronomia, cosmografia, geografia, história universal, história do Brasil, história sagrada, literatura, ciências naturais (botânica, física, química, zoologia, mineralogia), artes e ginástica.

A ênfase colocada sobre o estudo das ciências exatas além de marcar uma diferença substancial em relação ao currículo dos colégios públicos e católicos, associava a proposta educacional metodista ao ideal de progresso, visto que a noção de “progresso” estava intimamente relacionada ao progresso tecnológico via desenvolvimento das ciências exatas (CARVALHO, 2000). Além do currículo inovador, nas instituições de ensino metodistas o método pedagógico, valorizando o aspecto prático-utilitário, privilegiava a observação e a experimentação. “A experimentação e a verificação são partes essenciais deste ensino, cuja função é o preparo para a vida. O ideal é a construção de um homem completo para a vida prática” (CHRISTO, 1994, p. 61).

Os missionários-educadores metodistas, representantes de uma sociedade considerada mais evoluída, e convencidos de que era “necessário opor-se ao ensino católico através de uma educação científica, liberal e democrática”, a única capaz de “livrar o povo da ignorância”, conduziram sua prática educativa fundados nos princípios do iluminismo e do liberalismo e da visão religiosa de mundo hegemônica na América: o metodismo. A idéia fundamental era a

da liberdade, entendida como liberdade individual de consciência, de expressão e de ação, posta em prática pelos missionários nos colégios metodistas. (MESQUIDA, 1994, p. 160)

Ao longo do primeiro período republicano a campanha católica contra a presença da missão metodista em solo brasileiro, especialmente no que se refere às suas intervenções educativas, adquiriu contornos de nacionalismo. Os católicos acusavam a política expansionista norte-americana de imperialista e denunciavam a infiltração dos Estados Unidos no Brasil por intermédio das missões protestantes e dos seus colégios. Exemplo disso é o artigo escrito por José de Assis Lima, numa revista comemorativa dos 50 anos da Academia de Comércio,⁵ onde o articulista diz o seguinte: “Também refleti que a Academia deve ser o colégio da vossa preferência, *colégio que por ser católico é muito brasileiro*” (**Academia de Comércio de Juiz de Fora**, 1891-1941, p. 36; grifos meus). A educação empreendida nos colégios católicos, por sua vez, era apontada como o caminho para a formação e “salvação” das elites intelectuais, atacadas pelos “males” da civilização moderna e liberal.

⁵ A Academia de Comércio foi fundada em Juiz de Fora em 30 de março de 1891, pela iniciativa privada, graças aos esforços de Francisco Baptista de Oliveira. Em 1901 o colégio foi entregue à Congregação do Verbo Divino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Primeira República, especialmente no Sudeste brasileiro, a educação constituiu-se num campo de tensões entre metodismo e catolicismo, confissões religiosas com concepções de mundo divergentes. Enquanto na cosmovisão protestante em geral e na metodista em particular prevalece o individualismo, a descentralização da fé e a liberdade de pensamento, a visão de mundo católica é marcada pela universalidade, pela centralização, pela hierarquia e pelo conservadorismo (PAIVA, 2003). Apesar dessa diversidade, tanto metodistas quanto católicos buscavam difundir na sociedade brasileira não apenas as suas concepções religiosas, mas também os padrões culturais norte-americano e europeu, respectivamente. Educar as elites a partir de modelos importados para que elas civilizassem a nação era um objetivo comum a esses dois grupos religiosos. Com efeito, essa americanização ou europeização educacional no Brasil encontrava receptividade nas aspirações de certos segmentos sociais brasileiros.

Como lembra Novaes (2001), “desde o passado colonial o conteúdo e a forma da educação escolarizada no Brasil, desvin-

culados do meio social em que se inseriam impediram que a escola interagisse com as necessidades educacionais da realidade sócio-cultural à qual pretendia servir” (p. 164). Embora o projeto educacional liberal-republicano tenha buscado reverter esse quadro, ao absorver os padrões educacionais transplantados dos Estados Unidos⁶ sob o influxo do ideário liberal, ele acabou por acentuar a distância entre a cultura local e a chamada cultura das elites.

⁶ O modelo de educação protestante norte-americano serviu de fonte inspiradora de reformas no âmbito da educação laica oficial, sobretudo no estado de São Paulo (JARDILINO, 2004).

ABSTRACT

This article aims at investigating in the context of the First Republic, the tensions between the two educational projects implemented by the religious groups who, through the formation of the elite, disputed the ideological and cultural hegemony in Brazilian society that is the protestant project in its Methodist form and the catholic project.

Key words: Methodists; Catholics; Education.

Referências

- AZZI, Riolando. **Educação confessional no Brasil**: convergências na diversidade de percursos. Mimeo, 2004.
- AZZI, Riolando. Influência dos colégios católicos na sociedade juizforana. **Revista do CES**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1-2, p. 98-106, jan./dez.1998.
- AZZI, Riolando. A educação católica no Brasil (1844-1944). In: LIMA, Irmã Severina Alves de. **Caminhos novos na educação**. São Paulo: FTD, 1995, p. 21-46.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- CARVALHO, Maria Lígia Rosa. **Fazendo Américas**: a missão metodista no Rio de Janeiro na construção de um projeto de nação (1895-1910). 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Europa dos pobres**: Juiz de Fora na Belle Époque mineira. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

CORDEIRO, Ana Lúcia. **A inserção do metodismo em Juiz de Fora: uma história de conquistas e tensões.** Juiz de Fora: Letras e Notas, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JARDILINO, José Rubens Lima. Educação e protestantismo brasileiro: reflexões e hipóteses. In: SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luís Mauro Sá. (Org.). **Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil.** São Paulo: Paulus, 2004, p. 80-105.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil.** São Paulo: Loyola, 1990.

MESQUIDA, Peri. **Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso.** Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

NOVAES, José Luis Corrêa. **Protestantismo e educação: metodista e liberais na Primeira República.** 2001. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Estadual de São Paulo, São Bernardo do Campo.

PAIVA, Ângela Randolpho. **Católico, protestante, cidadão: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

PIMENTA, D. Silvério Gomes. **Carta Pastoral: O perigo dos collegios acatholicos.** Mariana: Typ. Archiepiscopal, 1921.

RAMALHO, Jether Pereira. **Prática educativa e sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal: origens do ensino público paulista.** Campinas: Autores Associados, 1995.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** Campinas: Autores Associados, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon. A política da Igreja e a educação: o sentido de um pacto. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 108-127, 1986.